

Reajuste de 8% do piso regional é aprovado

Valor do salário da faixa 1 passará a ser de R\$ 1.789,04, com vigência a partir da folha de pagamento de junho

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Sofia Utz
sofiaue@jcrs.com.br

Com 46 votos favoráveis e 4 contrários, o aumento de 8% do salário-mínimo regional foi aprovado na Assembleia Legislativa. O projeto, enviado pelo governo do Estado, prevê que o acréscimo na remuneração já valerá no salário de junho.

Com a aprovação do texto, a primeira faixa da remuneração, que contempla trabalhadores da agricultura, pecuária e indústrias da construção civil, passará a receber R\$ 1.789,04. Já a última faixa, que abrange os técnicos de nível médio, terá remuneração de R\$ 2.267,21.

No início da sessão de ontem, o deputado Miguel Rossetto (PT), líder da oposição, retirou três das quatro emendas protocoladas

pelo Partido dos Trabalhadores, deixando apenas a que garantia o aumento retroativo, a partir do salário de maio, que acabou nem sendo apreciada. O texto do projeto foi aprovado integralmente, por isso o reajuste passará a valer a partir da publicação da lei, que deve ocorrer nos próximos dias.

Na visão do deputado Felipe Camozzato (Novo), um dos quatro parlamentares que se colocaram contra a matéria, o aumento do piso regional proposto pelo Estado é uma política de incentivo ao trabalho informal e ao desemprego. “Se tem um exemplo de que a intervenção do Estado na economia através de legislação dá errado é a existência de 33% de informais no nosso Estado.” Camozzato, no entanto, reiterou que não é contrário ao aumento de salários, mas que defende que o Estado não pode interferir na relação entre empregados e empregadores.

Para Rossetto, o reajuste aprovado ainda não é o suficiente, mas



Projeto do governo foi aprovado por 46 votos favoráveis e 4 contrários

já representa um grande avanço para os trabalhadores. Em uma das emendas retiradas, o deputado propunha um aumento de 10,45%, que considerava o crescimento da economia do Rio Grande do Sul e a inflação. “O piso salarial regional beneficia mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras do Estado. Ele melhora o salário desses que têm os menores salários

no Estado, diminui a desigualdade e melhora a vida dos trabalhadores e das suas famílias”, ponderou. De acordo com a deputada Luciana Genro (PSOL), as alegações de que o aumento do piso salarial gera desemprego são as mesmas que levaram o ex-presidente Michel Temer (MDB) a realizar a reforma trabalhista, que ampliou a informalidade no País.

Novos valores com reajuste de 8%

Categoria	A partir de junho
Faixa 1 (agricultura; pecuária; pesca; indústrias extrativas e da construção civil; motoboys; empregados domésticos e de garagens)	R\$ 1.789,04
Faixa 2 (indústrias de vestuário, de fiação e tecelagem, de artefatos de couro e do papel; jornais e revistas; limpeza; hotéis, restaurantes e bares)	R\$ 1.830,23
Faixa 3 (indústrias do mobiliário, químicas, farmacêuticas, cinematográficas e de alimentação; comércio)	R\$ 1.871,75
Faixa 4 (indústrias metalúrgica, gráfica, de vidros, de artefatos de borracha e de joalheria; edifícios; auxiliares de escolas; marinha; vigilantes)	R\$ 1.945,67
Faixa 5 (trabalhadores técnicos de nível médio)	R\$ 2.267,21

Sindicatos comemoram o aumento

A aprovação do reajuste foi comemorada pelos representantes sindicais, muitos dos quais ocupavam as galerias da Assembleia. Na avaliação de Guiomar Vidor, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a aprovação do projeto é um avanço significativo em relação ao que estava sendo negociado. “Os empresários chegaram a oferecer apenas um índice de 3%, o nosso pedido era 10,45%, que levava em conta o crescimento da economia do Estado e mais a inflação”, apontou Vidor.

Para ele, o acréscimo do piso re-

gional representa a recuperação de parte das perdas que os trabalhadores sofreram no último ano. “O mínimo regional atinge mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores do Estado, ele é um importante instrumento de distribuição de renda e de auxílio ao desenvolvimento econômico e à geração do emprego.”

Vidor também reitera que os movimentos trabalhistas seguirão lutando pelo aumento da valorização do piso, que, quando foi criado, equivalia a 1,28 salário-mínimo nacional. Segundo ele, ainda apresenta uma perda de 8,5%.

Fiergs e Fecomércio destacam impacto para os setores

A decisão dos deputados, no entanto, não foi recebida positivamente por setores da indústria gaúcha. De acordo com Diogo Bier, coordenador do Conselho de Articulação Política da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), o reajuste causará impactos negativos às empresas da área.

Bier explica que após as enchentes de 2024, quando muitas empresas aumentaram seu nível de endividamento, o setor vem lutando para manter os empregos e para seguir crescendo. “O que as pessoas não se dão conta é que

56% do ICMS arrecadado no ano passado pelo governo do Estado veio da indústria. Então, esse reajuste de 8% pode inclusive diminuir a arrecadação, porque a indústria só cresceu 0,6%, e ao mesmo tempo vai ter que ter um impacto de 8% agora”, analisou.

O coordenador também critica o processo rápido de tramitação do projeto, que impediu a organização de mapear os impactos que a mudança representaria à indústria.

A Fecomércio-RS manifestou “profunda preocupação com a de-

cisão da Assembleia de aprovar o reajuste de 8%, contrariando os apelos do setor empresarial e ignorando o atual cenário socioeconômico do Estado.

Para o presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, a medida fixa um custo que muitos não conseguirão absorver. “É lamentável que, em um momento tão delicado, o Poder Legislativo imponha mais um peso sobre as costas das empresas. Essa decisão pode comprometer ainda mais a geração de empregos e dificultar a retomada da economia gaúcha”, afirma.

Câmara lembrará os 150 anos da imigração italiana no RS

/ HOMENAGEM

A Câmara de Porto Alegre promove, amanhã, uma sessão solene em homenagem aos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. A proposta é do vereador Idenir Cecchim (MDB, foto). O evento tem início às 19h, na sede do Parlamento da Capital.



Lula sanciona reajuste salarial de servidores federais

/ FUNCIONALISMO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou lei que reestrutura carreiras do funcionalismo público e promove reajuste de salário de servidores federais. A norma é resultado da aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional na semana passada e está publicada no Diário Oficial da União de ontem. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, as estimativas de impacto orçamentário das mudanças, que foram propostas pelo

Poder Executivo inicialmente por meio de medida provisória, são de R\$ 17,99 bilhões para 2025, R\$ 26,76 bilhões para 2026 e R\$ 29,17 bilhões para 2027.

O texto aprovado pelos parlamentares e agora sancionado por Lula repete, basicamente, o conteúdo da medida provisória que foi editada pelo governo no fim do ano passado e perdeu validade no início de junho, sendo substituída por um projeto de lei. A MP formalizou 38 acordos firmados com as carreiras civis do funcionalismo federal ao longo de 2024 e conso-

lidou novos salários para 2025 e 2026, abrangendo 100% dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da União.

Antes de passar pelo Senado, o texto havia sido aprovado na semana anterior pela Câmara dos Deputados após ser fatiado. Na casa, foram retirados do projeto trechos que tratavam de pontos relacionados a uma reforma administrativa na estrutura de cargos públicos. As medidas excluídas previam, por exemplo, propostas sobre progressão de carreira e mecanismos de avaliação de desempenho.